



HÁ FESTA NO CAMPO: UMA INICIATIVA DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE BASE LOCAL

Carina Isabel Barreiros e Rafaela Candeias Barroso¹

Resumo

O envelhecimento da população tem vindo a acentuar a vivência de sentimentos de isolamento e solidão dos idosos. Esta questão tem fomentado o interesse pelo aprofundar das causas subjacentes a este contexto, bem como as estratégias a desenvolver para melhorar a qualidade de vida destes indivíduos.

No âmbito do projeto “Há Festa no Campo”, desenvolvido na União de Freguesias do Freixial e Juncal do Campo, pretende-se averiguar como estes sentimentos são percecionados e sentidos pelos habitantes destas comunidades.

Este estudo exploratório aspira ainda compreender como este projeto contribui para a implementação da educação para o desenvolvimento nesta comunidade, através do incentivo à participação em atividades de carácter social e cultural.

Palavras-chave: Envelhecimento; Solidão; Isolamento; Educação para o Desenvolvimento.

Introdução

O envelhecimento da população, hoje assumido como um dos aspetos mais desafiantes da sociedade portuguesa contemporânea, adquire contornos mais intensos nas regiões rurais do interior do país. Regiões que nos anos 60 do século passado viram sair as suas gentes para as cidades do litoral ou para outros países europeus, o que se traduziu num progressivo despovoamento e no aumento do índice de envelhecimento.

¹ Mestrandas do Mestrado em Gerontologia Social do Instituto Politécnico de Castelo Branco/Escola Superior de Educação-Escola Superior de Saúde.

A problemática do despovoamento das zonas rurais tem suscitado diversas análises, nomeadamente sobre como revitalizar as aldeias envelhecidas, ricas em património material e imaterial, envolvendo os seus habitantes através de uma participação ativa. É neste contexto que surge o projeto “Há Festa no Campo”, promovido pela Associação EcoGerminar em parceria com a Terceira Pessoa – Associação, Escola Tecnológica Profissional Albicastrense (ETEPA), União das Freguesias e com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, no âmbito do programa Partis-Práticas Artísticas para a Inclusão Social. A implementação e desenvolvimento deste projeto prende-se com a necessidade de encontrar alternativas para a dinamização cultural e social desta União de Freguesia, em parceria com a população e associações locais. Por outro lado, procura-se valorizar o património imaterial e cultural das aldeias como oportunidade de afirmação identitária.

Interessou-nos, assim, analisar de que modo o projeto “Há Festa no Campo” poderia ser um veículo de combate à solidão e ao isolamento dos habitantes mais idosos da União de Freguesias do Freixal e Juncal do Campo através do incentivo à participação em atividades de carácter social e cultural, percebendo de que modo se pode integrar no âmbito da educação para o desenvolvimento, enquanto promotor de transformação social².

Com este trabalho, que tem um carácter exploratório, pretendemos abordar a temática do envelhecimento, isolamento e solidão e como estes são percebidos e sentidos pelos habitantes do Freixal e Juncal do Campo, bem como perceber a importância do papel do interventor social no combate ao isolamento e solidão através do desenvolvimento comunitário. Numa primeira parte traçamos um quadro teórico sobre o envelhecimento, isolamento e solidão em meio rural, educação para o desenvolvimento, (re) educação para a cidadania, desenvolvimento comunitário e intervenção social. Numa segunda parte encontram-se explicitados os resultados de entrevistas realizadas a alguns dos beneficiários deste projeto.

1. Um interior envelhecido

O período entre 1950 e 2011 ficou marcado por um duplo envelhecimento da população, não só porque houve uma diminuição significativa dos jovens, mas também porque se regista um aumento da população idosa. O grupo de indivíduos com 65 ou mais anos de idade foi aquele onde se verificou um acentuado crescimento, com uma variação de aproximadamente 241%. Já no que respeita aos indivíduos com mais de 75 anos este grupo etário sofreu um aumento que ronda os 40% (Moreira & Gomes, 2014).

O envelhecimento demográfico no interior começou a acentuar-se e a tomar proporções relevantes na década de 50, que coincidiu com o elevado movimento migratório que se fez sentir nos finais daquela década e que atingiu o seu pico na década de 60 (Bandeira, 2014). Segundo o mesmo autor, importa referir que o processo de envelhecimento demográfico não começa necessariamente com o declínio da natalidade e fecundidade, mas envolve também os fluxos migratórios, ou seja, movimentos de emigração internacional e de deslocação interna. Assim, pode-se afirmar que a população do interior rural foi duplamente penalizada devido à emigração internacional e às migrações internas, até porque quem saía estava em idade ativa e

² Este trabalho foi realizado no âmbito do Mestrado em Gerontologia Social, do IPCB, integrado no projeto *Sinergias ED*, e orientado pela Prof^a Maria João Guardado Moreira com a colaboração de Marco Domingues da EcoGerminar.

fecunda, o que teve como principal consequência o progressivo envelhecimento demográfico e um desequilíbrio na estrutura etária.

De acordo com os resultados dos Censos 2011, o índice de envelhecimento do país era de 129 naquele ano, o que indica que Portugal tinha 129 pessoas com 65 ou mais anos por cada cem cidadãos menores de 15 anos. Em 2001 havia 85 municípios com o índice de envelhecimento menor ou igual a 100, diminuindo em 2011 para 45 municípios, o que nos indica um envelhecimento generalizado do território nacional (INE, 2012).

As regiões do interior confrontam-se com o envelhecimento demográfico e a falta de rejuvenescimento das gerações. Nas aldeias do interior verifica-se um elevado êxodo rural e uma crescente emigração para o estrangeiro, principalmente da população em idade ativa, restando assim nas aldeias a população em idade mais idosa. Assim, as aldeias vêm-se obrigadas ao encerramento de estruturas e serviços direcionadas para camadas mais jovens, mas em contrapartida cresce a necessidade de construir ou alterar estruturas e serviços já existentes, de forma a dar resposta às exigências e necessidades dos mais velhos.

Segundo Paúl & Fonseca (2005) os “idosos rurais” caracterizam-se por serem pessoas que moram em zonas rurais, pouco povoadas e que normalmente vivem da agricultura e são vistos como pessoas isoladas. Ainda segundo estes autores, os idosos das aldeias do interior são vistos como pessoas solidárias, felizes, detentoras de redes familiares e suporte social e que não necessitam de tantos apoios sociais, uma vez que o custo de vida no meio rural é mais baixo, comparado com o custo de vida nas zonas urbanas. Por sua vez, no meio rural o processo de socialização baseia-se na solidariedade entre os idosos e na confiança transmitida entre os habitantes. Todavia, nem sempre estas características se manifestam (Fonseca et. al, 2004), pois as populações dos meios rurais confrontam-se com a dificuldade em aceder aos serviços sociais e de saúde, até porque muitos serviços de proximidade têm desaparecido, com a falta de transporte ou de recursos económicos, ou ainda pelo facto dos cuidadores em muitos casos viverem noutras localidades.

O suporte social nas aldeias é mais valorizado do que nas grandes cidades, isto deve-se ao facto de nas aldeias a população ser reduzida e existir uma rede solidária entre os habitantes, enquanto nos meios urbanos os idosos encontram-se mais isolados, devido à falta de interação entre vizinhos. Como refere Paúl (2005) a rede social de apoio pode minimizar algumas necessidades básicas dos idosos rurais, no entanto, por si só não é suficiente para aumentar a qualidade de vida, principalmente nos idosos mais velhos.

Os idosos que vivem nas zonas rurais são muitas vezes apresentados como sendo mais ativos, mais autónomos e com maior grau de independência quando comparados com os que habitam nos meios urbanos, facto que se deve às transições da vida terem sido menos drásticas e terem causado menos roturas. No entanto, as aldeias encontram-se cada vez mais isoladas e despovoadas, o que leva ao desenvolvimento de iniciativas e ações que deem respostas às necessidades das pessoas idosas, tendo em conta o seu contexto cultural (Monteiro, 2012).

O isolamento e a solidão são conceitos complexos e amplos que, por vezes, se tendem a confundir. É, por isso, importante referir e distinguir que isolamento não é sinónimo de solidão apesar de estarem interligados. Segundo Fernandes (2012) *A solidão origina um sentimento de vazio e de ansiedade, é ter um sentimento*

não desejado de perda de companhia, enquanto que o isolamento pode ser uma opção de vida (p.38), ou seja, a solidão é entendida por cada indivíduo de maneira diferente, e em contextos diferentes, enquanto que o isolamento é objetivo.

Costa (2013) menciona que a solidão espiritual supõe um isolamento psicológico que leva a que o indivíduo se sinta sozinho, enquanto que o isolamento social diz respeito ao espaço físico e geográfico, em que o indivíduo se sente privado das relações sociais. O facto de as pessoas estarem sozinhas não significa que sofram de solidão, pois podem sentir-se felizes estando sós, mas quando este facto se traduz em tristeza e infelicidade para os indivíduos, estes podem desenvolver sentimentos de solidão (Coimbra, 2008).

De acordo com Cabral e Ferreira (2013), o fenómeno da solidão caracteriza-se por ser um sentimento e uma experiência. Sentimento porque a maioria dos indivíduos já sentiu em algum momento da sua vida solidão; quanto à experiência, esta refere-se a situações em que os indivíduos se sentem desprotegidos, abandonados e sem ter a quem recorrer, principalmente em momentos de angústia e preocupação.

As representações, muitas vezes negativas e estereotipadas, que a sociedade atribui ao idoso podem contribuir para causar isolamento e, conseqüentemente, originar um sentimento de solidão. Importa ainda referir que a sociedade atual acaba por promover o desenvolvimento do isolamento devido, segundo Fernandes (2007), à utilização generalizada das tecnologias de informação e comunicação, bem como pela escolha da habitação em condomínios fechados, o que leva a uma diminuição dos laços sociais de confraternização e apoio.

Segundo Neto (2000, citado por Freitas, 2011) a solidão emerge de fatores situacionais e características pessoais. Os fatores situacionais dizem respeito à falta de contacto social, perda relacional, redes sociais desajustadas, situações novas, fracasso e fatores temporais. Nas características pessoais incluem-se a timidez, a autoestima, o autoconceito, e as habilidades sociais que podem desencadear sentimentos de solidão. Alguns acontecimentos e circunstâncias na vida do idoso podem também estar na origem do isolamento e, previsivelmente, no desenvolvimento do sentimento de solidão, como é o caso da viuvez, a saída dos filhos de casa e todo o processo inerente à reforma (Fernandes, 2012). Ussel (2001, citado por Fernandes, 2007) refere que existe uma forte interligação entre a viuvez e a solidão em pessoas idosas. A viuvez acarreta diversas mudanças, particularmente a nível pessoal, familiar, social, tornando-se necessário que o idoso se adapte a uma nova realidade, de forma a evitar o aparecimento de sintomas depressivos, desenvolvimento de doenças crónicas graves ou mesmo suicídio (Fernandes, 2012).

De acordo com Fernandes (2007) com a saída dos filhos para o mercado de trabalho ou deslocação para um centro urbano, as relações sociais dos idosos tornam-se fundamentais para prevenir o isolamento social e o sentimento de solidão. Os vizinhos e amigos mais próximos desempenham um papel fundamental na vida diária do idoso, é com estes que ele convive, partilha as suas preocupações, desenvolve atividades lúdicas e partilha de experiências, conhecimentos e sentimentos de alegria e felicidade. Segundo o autor acima referido, é necessário saber diferenciar a rede social e a rede de suporte, sendo que as duas traduzem objetivos comuns, mas são prestados por pessoas diferentes. A primeira refere-se às relações sociais e às suas *características morfológicas e transaccionais* (p.51), enquanto que a segunda apela à ajuda concreta

das pessoas. As redes sociais podem-se dividir em dois grupos: as redes de apoio formal e as redes de apoio informal. O apoio formal inclui o apoio prestado através da segurança social e pelas instituições públicas ou particulares direcionadas para a população idosa. As redes informais são compostas pelos familiares, amigos e vizinhos, que são fundamentais na prestação de apoio emocional e instrumental.

O processo inerente à reforma é outro dos fatores que introduz diversas mudanças no processo de envelhecimento do indivíduo. Segundo Walker (2002, citado por Cabral e Ferreira, 2013), o trabalho é um elemento primordial de integração social, e quando o idoso dá início ao seu processo de reforma existe uma quebra acentuada nos contactos sociais. Neste sentido, é fundamental implementar estratégias que amenizem a transição entre a atividade e a inatividade, de forma a evitar mudanças repentinas e bruscas. A reforma inclui alterações profundas nas rotinas, desencadeando um declínio das capacidades intelectuais e físicas. A reforma pode coincidir com a diminuição da capacidade económica, resultando em momentos de fragilidade e frustração para o idoso, tornando-o mais suscetível de poder sofrer problemas sociais como a pobreza e a exclusão social (Fernandes, 2007).

Segundo Freitas (2011) as causas e as consequências que o isolamento e a solidão provocam no idoso, dependem fundamentalmente do contexto social em que o idoso está inserido, bem como das características da personalidade deste. De forma a diminuir ou combater algumas das causas do isolamento ou do sentimento de solidão, é frequente que os familiares do idoso determinem o internamento deste numa instituição direcionada para esta faixa etária.

2. A Educação para o Desenvolvimento

O conceito de Educação para o Desenvolvimento (ED) teve origem na década de 1970 com o objetivo de promover a consciência, a compreensão pública e apoio para o desenvolvimento internacional (Bourn, 2014), embora tenha sofrido alterações ao longo das últimas décadas. Tal como refere Bourn (2014), este conceito deve ter como base uma “comunidade de prática” que se traduz numa abordagem de aprendizagem, que se pode articular com diferentes termos, tais como: educação global, educação para a cidadania global, educação para o desenvolvimento sustentável e, mais recentemente, aprendizagem global.

Krause (2010, citado por Bourn, 2014), refere que existem diversas abordagens para o conceito: Educação para o Desenvolvimento como relações públicas na ajuda ao desenvolvimento; como ações de sensibilização – divulgação pública de informações; destacando a interdependência local-global e, por último, como aperfeiçoamento de competências de vida – com foco no processo de aprendizagem e no pensamento crítico.

A mudança no que respeita ao desenvolvimento passou a ser vista como um processo comum a todos os indivíduos, de forma a existir uma maior coesão social e equilíbrio, valorização da participação e dos valores de cada um.

A ED passou a ter uma maior abertura para outras “educações”, como por exemplo, a educação para a paz ou a educação para a interculturalidade, e deparou-se ainda com novos desafios éticos e sociais.

Definir o conceito de ED é complexo, já que abrange diversas dimensões. Vejamos alguns dos significados desenvolvidos pela Plataforma Portuguesa das ONGD e considerados pela Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED):

A Educação para o desenvolvimento é um processo dinâmico, interativo e participativo que visa a: formação integral das pessoas; a consciencialização e compreensão das causas dos problemas de desenvolvimento das desigualdades locais e globais num contexto de interdependência; a vivência da interculturalidade; o compromisso para a ação transformadora alicerçada na justiça, equidade e solidariedade; a promoção do direito e do dever de todas as pessoas, e de todos os povos de participarem e contribuírem para um desenvolvimento integral e sustentável. (Despacho n.º 25931/2009, p.48395)

Um dos objetivos da Educação para o Desenvolvimento passa por defender que cada cidadão deve permanecer informado e deve ter em atenção as preocupações com o desenvolvimento global. Deve ainda ter em conta as possíveis consequências que se possam traduzir a nível local e pessoal, de forma a exercer os seus direitos e responsabilidades como cidadão de um mundo interdependente e em constante mudança.

Por sua vez Mesa (2014) refere que a origem e evolução da ED está relacionada com a história das organizações não-governamentais. Para explicar os diferentes momentos e abordagens, Mesa (2014) desenvolve um modelo de análise que designa das cinco gerações da ED, ou períodos de evolução, relacionadas com o contexto histórico e ligado, principalmente nas primeiras fases, às organizações não-governamentais, condutoras dos processos de cooperação para o desenvolvimento. A primeira geração, desenvolveu-se nas décadas de 1940 e 1950, é designada por “caritativa-assistencial”, mais relacionada com organizações de carácter humanitária e/ou de origem religiosa, através da ajuda humanitária, assistência ou beneficência.

Na década de 60, a segunda geração refere-se a uma abordagem desenvolvimentista, no âmbito da qual foram criados diversos programas de assistência externa que tinham como fim o crescimento económico dos países. Nesse sentido, os países industrializados deveriam proporcionar ferramentas e conhecimentos necessários para ajudar os países não desenvolvidos na sua mudança e evolução, sendo este um princípio orientador da educação para o desenvolvimento. É neste contexto que se começa a configurar a ED.

A terceira geração surgiu por volta dos anos 70, designada por educação para o desenvolvimento crítica e solidária. O conceito de educação para o desenvolvimento passava a estar centrada em conceções mais críticas, complexas e diversificadas, em vez das atividades informativas orientadas para a recolha de fundos e divulgação de iniciativas de desenvolvimento local das ONGs. Este novo conceito foi desenvolvido em parceria pelas ONGs, ONU e pelos novos movimentos sociais. Na década de 1980 surge a quarta geração caracterizada pela ED para o desenvolvimento humano sustentável. Por último, na década de 90, a quinta geração é a geração da educação para a cidadania global. A ED passa a ser definida como uma educação para a globalização, em que é fundamental compreender de forma crítica o fenómeno da globalização reformulando a sua conceção, bem como alcançar uma ligação entre o desenvolvimento, a justiça e a equidade, ao nível global (Garbutcheon et al 1997, citado por Mesa,2014).

Verifica-se um distanciamento entre os países mais desenvolvidos e os países menos desenvolvidos, surgindo assim o conceito de Educação Global defendendo o desenvolvimento, os direitos humanos, da paz ao ambiente (Pereira, 2003, citado por Neves 2013).

A declaração de Maastricht foi a primeira declaração a nível europeu de reconhecimento da Educação Global, em 2002, definida como *“uma educação capaz de abrir os olhos e as mentes das pessoas para as realidades do mundo, despertando-as para contribuírem para UM mundo com mais justiça, equidade e direitos humanos para todos.”* (Declaração de Maastricht sobre a Educação Global, 2002,p.27, citado por Neves, 2013,p.35)

A ED assenta essencialmente em três dimensões: sensibiliza, na partilha de informação e reflexão entre os indivíduos, questionamento de situações vividas e conhecidas e incutindo a necessidade de mudança sobre aquilo que não é justo; consciencializa, forma e mobiliza, no sentido de as pessoas serem conscientes daquilo que fazem e da sua própria situação, assim como dos restantes indivíduos, avaliando as situações segundo princípios de justiça e solidariedade, promovendo estratégias de mudança no combate às injustiças; influencia as políticas, nomeadamente as políticas públicas, de forma a denunciar situações de injustiça, pobreza e exclusão, potenciando políticas que dizem respeito à ação do estado, do setor privado e da sociedade, promovendo o bem-estar comum (Despacho n.º 25931/2009, p.48395).

A ED enquanto promotora da transformação social potencia o desenvolvimento de várias “educações para...”, dizendo respeito a temáticas especiais, mas que partilham pontos em comum. Estes pontos em comum têm subjacentes os princípios da justiça e equidade social, solidariedade, corresponsabilidade, diálogo e participação. O objetivo comum a todas as “educações para...” passa pela transformação social.

Existem definidos alguns princípios que orientam a ENED: princípio da Equidade, da Justiça Social, da Cooperação, da Solidariedade, da Corresponsabilidade, da Participação e da Coerência. No que respeita aos objetivos mais específicos, prendem-se com o facto de haver a necessidade de capacitação das entidades públicas e das organizações da sociedade que são essenciais na ED e também a formação de estratégias que promovam o diálogo e a cooperação institucional, bem como promover a integração da ED na educação formal e não formal e, por fim, fomentar ações de sensibilização e de influência política, permitindo a interação entre os diversos atores.

De acordo com as dimensões e os objetivos referidos, pensamos que podemos estabelecer uma aproximação e relação com o propósito do projeto *“Há Festa no Campo”*, uma vez que este promove a participação social e cívica dos habitantes da União das Freguesias envolvidas com o objetivo de dinamizar social e culturalmente estas comunidades. Pretende-se, pois, evitar situações de isolamento e solidão, adotando estratégias que incutam nas pessoas um papel ativo e corresponsável no que diz respeito à tomada de decisões que envolvem a sua comunidade e visando a integração destes na sociedade.

3. (Re)educação para a cidadania

Importa referir que, em Portugal, a cidadania é considerada mais como uma concessão do sistema do que uma aquisição da sociedade civil. Neste sentido, pode afirmar-se que estamos perante uma cidadania

passiva, dependente e limitada em que os direitos são adquiridos naturalmente, tal como é referido por um relatório produzido pelo Ministério da Educação (2008). De acordo com este relatório, verifica-se que a cidadania passiva, baseada na ideia de direitos adquiridos, mas não tanto nos deveres e responsabilidades, também é visível no que diz respeito à “cidadania fiscal e contributiva”, ainda que esta seja fundamental para o funcionamento do estado de direito democrático.

É essencial capacitar e reeducar os idosos para uma cidadania ativa e uma conceção mais ampla desta, que implique não só direitos, mas também deveres, atitudes, competências, méritos, e opiniões não só entre o Estado e os indivíduos, mas destes entre si (Cardona, 2009).

No relatório *Objetivos Estratégicos e Recomendações para um Plano de Acção de Educação e de Formação para a Cidadania* (Ministério da Educação, 2008) refere-se que a urgência da educação para a cidadania advém dos diversos desafios e problemas que decorrem do processo de globalização e das tecnologias de informação e comunicação, em que cada indivíduo deve lutar pela cidadania global com o objetivo de alcançar uma sociedade justa, igualitária, pluralista, solidária e emancipada. Segundo o mesmo documento é essencial promover uma educação e uma formação contínua e responsabilizada com os valores da igualdade, da democracia, da justiça social e económica, apoiadas em procedimentos ativos, comunicativos, de diálogo, de construção de projetos comuns e de democracia.

Em Portugal verifica-se uma evolução positiva, relativamente à promoção junto dos idosos de uma (re)educação para a cidadania e participação social na comunidade. Contudo, é importante acrescentar que muitos destes projetos são implementados nos meios urbanos, esquecendo-se muitas vezes os meios rurais.

A “Gerontologia Educacional” segundo Neri e Debert (1999, cit. Guimarães 2011) é uma disciplina científica que engloba todo o processo de *organização, ensino, instrução e facilitação de aprendizado e também como intervenção social voltada à socialização e à ressocialização dos idosos, dos que trabalham com eles e da sociedade em geral* (pp.46-47). Oliveira (2012) refere que as universidades para a terceira idade são um exemplo daquilo que pode ser a (re)educação para a cidadania, pois oferecem aos idosos a possibilidade de uma educação não formal, contínua, e uma realização pessoal, como forma de estimular e inculcar no idoso conhecimentos e informações importantes para o exercício da cidadania na sociedade.

A (re)educação para a cidadania deve ser realizada em diferentes níveis, cultural, social, político e económico, sendo que esta prática deve ser permanente, de modo a proporcionar um equilíbrio de poder na sociedade e uma desmistificação do papel da velhice (Oliveira, 2012). As respostas sociais destinadas à população idosa devem facultar e proporcionar ao idoso uma melhor qualidade de vida, ajudando-o a desempenhar um papel ativo e participativo na sociedade.

Assim, transformar o significado da cidadania como algo mais concreto e importante para a vida das pessoas é um dos grandes desafios da atualidade, mas é fundamental para uma maior participação democrática de forma consciente e autónoma (Ministério da Educação, 2008).

4. Desenvolvimento comunitário e intervenção social

Alguns autores entendem o conceito de desenvolvimento como uma ação responsabilizada por toda a comunidade, que tem como objetivo a resolução de problemas comuns a todos, um esforço conjunto e ponderado por todos com vista ao alcance de uma melhor qualidade de vida.

Bennet (1973, citado por Martins, 2012) refere-se a este conceito como *A tentativa deliberada por pessoas da comunidade de trabalhar juntas para guiar o futuro das suas comunidades, e o desenvolvimento de um conjunto de técnicas correspondentes de assistir pessoas da comunidade em tal processo* (p.12).

Carmo (2001) refere que podem ser consideradas quatro dimensões subjacentes a este conceito: uma dimensão doutrinária, que implica uma filosofia personalista; uma dimensão teórica, caracterizada pelos pré-requisitos necessários para uma análise antropológica, sociológica, política e económica; uma dimensão metodológica pela existência de pressupostos de modificação planeada; e, por fim, uma dimensão prática, pelo efeito da sua aplicação no terreno, quer pelo envolvimento da comunidade, quer pela alteração das práticas profissionais no processo de desenvolvimento.

Ainda associado a este conceito podem ser definidos cinco princípios fundamentais, presentes nas estratégias aplicadas para o Desenvolvimento Comunitário. São eles: Princípio das necessidades sentidas, que se caracteriza pelo facto de considerarem que todos os projetos que tenham por fim o desenvolvimento comunitário devem ser fruto das necessidades vividas pela comunidade em geral, e não só das necessidades identificadas pelos técnicos. O segundo, prende-se com o Princípio da participação e pressupõe a participação da comunidade no seu próprio processo de desenvolvimento. O terceiro refere-se ao Princípio da cooperação que implica a cooperação indispensável entre o setor público e o privado no envolvimento nos projetos de desenvolvimento comunitário. O quarto é considerado o Princípio da autossustentação em que se considera que os processos de transformação devem ser defendidos de forma ponderada e sem ruturas. E, por fim, o Princípio da universalidade que afirma que apenas podem ter êxito os projetos que tenham como destinatário o desenvolvimento de uma determinada população na sua globalidade, e não apenas subgrupos dessa população, e tendo como objetivo a transformação plena das circunstâncias que originam situações de subdesenvolvimento (Carmo, 2001).

Jack Rothman (citado por Carmo, 2011, p.7) veio propor uma tipologia essencial na prática de intervenção comunitária, sugerindo três modelos para esta mesma intervenção: o Modelo de Desenvolvimento Local, que se caracteriza por uma intervenção muito circunscrita (microsocial), dirigida para a criação de grupos de autoajuda, onde o interventor tem um papel preponderante e com uma grande componente socioeducativa; o segundo trata-se do Modelo de Planeamento Social e pressupõe uma intervenção de componente meso e no sentido de uma resolução de problemas reais, orientada para o resultado, onde o interventor tem um papel que passa pela gestão de programas sociais; por fim o Modelo de Ação Social, que se define por uma intervenção com uma perspetiva integrada, ao nível macro, micro e meso, onde se pressupõem uma modificação dos sistemas de poder, e o papel do interventor caracteriza-se por ser um papel ativista, de estabelecer o equilíbrio entre o sistema e o cliente. No caso do projeto em análise, podemos dizer que, tendo

em conta as suas características, se aproxima dos modelos de desenvolvimento local consolidados numa estratégia de planeamento social participada.

Para Frank e Smith (citado por Martins, 2012, p.22), a finalidade essencial do desenvolvimento comunitário é a qualidade de vida melhorada, que implica o envolvimento da comunidade, para o bem-estar comum, a partilha de responsabilidades, que estabeleçam entre si ligações a assuntos sociais, culturais ambientais ou económicos. A partir daqui, pretende-se que estes sejam capazes de enfrentar problemas e que consigam fazer uso das oportunidades que lhes são facultadas, de modo a encontrar um campo comum a todos.

O processo de desenvolvimento comunitário prende-se sobretudo com os agentes presentes em determinada comunidade, de forma a melhorar a sua qualidade de vida, usando o conceito de desenvolvimento, como um conceito essencialmente de mudança (Martins. 2012, p. 22).

O interventor social deve ter um bom conhecimento da cultura da sociedade onde o seu projeto de intervenção é aplicado, bem como ter conhecimento das principais características da mesma, como sendo idade, género, estatuto social, etc. Deve ter um conhecimento profundo das pessoas e da dinâmica da sociedade com quem trabalha. É necessário que este também tenha um grande conhecimento acerca de si próprio, e seja rigoroso sobre os seus atos. Só depois disto consegue construir a sua opinião como profissional. Deve ainda ser conhecedor dos elementos políticos, económicos e socioculturais que compõem o ambiente da intervenção, a partir dos quais possa fazer uma análise sobre as potenciais ameaças e oportunidades que podem estar associadas.

O interventor social deve ainda estar desperto para os componentes que constituem a interação durante o processo de intervenção, essencialmente os que fazem parte do sistema de comunicações, quer sob a forma presencial ou à distância. Presencialmente deverá estar atento às mensagens verbais e não-verbais, à distância deve dar especial atenção aos suportes de mediação que seleciona (Carmo. 2001, p. 2-4).

5. “Há Festa no Campo”

O projeto “*Há Festa no Campo*”, que decorre na União de Freguesias Freixial e Juncal do Campo, tem como objetivo o desenvolvimento local através da arte e da cultura. Este projeto é apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian e constitui-se como um importante ponto de partida, para que o futuro destas aldeias não fique comprometido e possa vir a ser um exemplo para outras aldeias que vivenciem situações semelhantes.

As necessidades detetadas na União das Freguesias do Juncal e do Freixial do Campo são essencialmente a perda de população que se tem vindo a acentuar nestes últimos anos, o que leva a um elevado envelhecimento da população residente. O facto de se verificar uma constante perda de população jovem pode relacionar-se com o encerramento de várias empresas, que se encontravam nestas aldeias do concelho de Castelo Branco e que permitiam a fixação de população jovem ativa. Outra razão que tem impulsionado a saída dos jovens para a capital do distrito diz respeito à falta de lotes disponíveis para construção na freguesia. Por outro lado, verificava-se a inexistência de um local onde a população se

pudesse reunir, com objetivo de promover o convívio entre todos os residentes da União das Freguesias, o que pode acentuar o sentimento de solidão.

Um dos pressupostos da implementação deste projeto visa encontrar alternativas para a dinamização cultural e social desta freguesia envolvendo a população e associações locais, através da valorização do património imaterial e cultural das aldeias como oportunidade de afirmação. Está organizado em três momentos: um primeiro momento é referente às assembleias comunitárias, onde são promovidos momentos de encontro entre a comunidade local e onde são partilhadas as principais necessidades e oportunidades desta mesma comunidade; um segundo momento diz respeito às oficinas de capacitação, onde são proporcionados momentos de formação artística e a organização de eventos de carácter social e cultural, sendo o público-alvo a própria população; o terceiro momento intitula-se *“Há Festa no Campo”* e, como o próprio nome indica, são momentos de festa onde são apresentados ao público o trabalho desenvolvido nas oficinas de capacitação artística. Estes momentos procuram promover sentimentos de pertença e de comunidade nos participantes. Este último momento tem sido apresentado sob diversas formas, vídeo, fotografia, teatro, música, dança, pintura, poesia entre outros. A variedade de formas de apresentação deve-se ao facto de estabelecer uma ligação entre estes momentos e as tradições, memórias e festividades locais. O espaço privilegiado onde decorrem os momentos de convívio e partilha é a antiga escola primária da aldeia do Juncal do Campo.

Importa ainda referir um quarto momento, que consiste na realização de um documentário que revela imagens, testemunhos e momentos vivenciados ao longo dos três anos em que decorre o projeto e que pretende suscitar o interesse e incutir em outras aldeias o desenvolvimento de projetos semelhantes.

As atividades que são desenvolvidas no âmbito deste projeto têm como objetivo primordial fomentar a participação da comunidade na resolução dos problemas das suas aldeias, bem como a promoção da inclusão social da população. Esta mudança ocorre com base nos princípios orientadores da ED, que passam pela equidade e justiça, uma vez que as oportunidades de participação nas atividades são acessíveis para todos e de igual forma, evitando possíveis discriminações de poder. Outro princípio orientador, diz respeito à cooperação onde cada indivíduo tem uma responsabilidade a si subjacente com uma finalidade que se constitui comum a toda a comunidade, neste caso em concreto baseia-se no desenvolvimento local. Um outro princípio é referente à solidariedade e que pressupõe a partilha das dificuldades sentidas, de forma a que, no coletivo, estas dificuldades consigam ser ultrapassadas. A corresponsabilidade constitui-se como outro dos princípios, que responsabiliza toda a comunidade para a dinamização das suas aldeias e não apenas os elementos dirigentes das autarquias. O último princípio orientador, diz respeito, à participação coletiva e igualitária da comunidade nestes momentos que são proporcionados por este projeto.

Todas as atividades desenvolvidas no âmbito do projeto *“Há Festa no Campo”* aproximam-se dos objetivos da ED e promovem as relações interpessoais, combatendo desta forma o isolamento e solidão.

6. As entrevistas

Este estudo exploratório tem como objetivos compreender como o isolamento e solidão são percebidos e sentidos pelos habitantes da União de Freguesias do Freixial e Juncal do Campo, assim como perceber de que forma o projeto “*Há Festa no Campo*” constitui um instrumento para, através da implementação dos princípios subjacentes à ED, contribuir para ultrapassar o isolamento e a solidão percebidos pelos idosos desta freguesia, nomeadamente com o incentivo à participação em atividades de caráter social e cultural. Como referimos, este projeto enquadra-se nos princípios orientadores da educação para o desenvolvimento e da educação para a cidadania, uma vez que todas as atividades desenvolvidas promovem e estimulam a participação da população na tomada de decisões respeitantes à União de Freguesias.

A metodologia escolhida foi a qualitativa, tendo sido aplicadas entrevistas semiestruturadas aos habitantes da freguesia que aceitaram participar neste estudo. A escolha desta metodologia deve-se ao facto de podermos construir um guião de entrevista que permitisse aos entrevistados maior liberdade nas respostas. As entrevistas foram realizadas mediante a disponibilidade e consentimento dos participantes deste projeto e do seu responsável.

A União de Freguesias do Freixial e Juncal de Campo faz parte, como referimos, do concelho de Castelo Branco e resulta da junção, em 2013, das referidas freguesias decorrente de uma reforma administrativa nacional que decretou a agregação daquelas duas freguesias, ficando agora com sede no Freixial do Campo.

A União de Freguesias possui uma área de 40,67 km², uma densidade de 20,2 hab/km² e 823 habitantes em 2011. Como podemos observar na Tabela 1, não só houve um decréscimo da população nas duas freguesias entre 2001 e 2011, como se acentuou o peso do grupo etário com 65 anos e mais, que passou de 33,2% para 38,2%, considerando o total da união das freguesias, sendo ainda de salientar que no Juncal esta percentagem se eleva a 41,1%, e no Freixial 35,9%, em 2011. Estamos, portanto, perante uma população muito envelhecida, o que condiciona a sua dinâmica demográfica.

	2001				2011			
	Total	0-14	15-64	65 e +	Total	0-14	15-64	65 e +
Freixial do Campo	537	53	336	148	468	34	266	168
Juncal do Campo	500	36	268	196	355	16	193	146
TOTAL	1037	89	604	344	823	50	459	314

Tabela 1 – População nas freguesias do Freixial do Campo e Juncal do Campo em 2001 e 2011. Fonte: INE Recenseamentos da População Portuguesa

As entrevistas foram realizadas nas referidas freguesias, nos meses de fevereiro e junho de 2015, no espaço onde habitualmente se realizam os convívios implementados no projeto. Previamente foi realizada

uma reunião com Marco Domingues, um dos impulsionadores do projeto “*Há Festa no Campo*”, onde foram estabelecidos os objetivos deste estudo exploratório, bem como a melhor forma de a realizar aos idosos que viessem a disponibilizar-se para participar nas entrevistas.

Numa primeira fase foram aplicadas três entrevistas e, numa segunda, foram realizadas mais seis, num total de nove. A seleção da amostra foi aleatória e voluntária, muito dependente da disponibilidade dos entrevistados em se deslocarem ao local previamente definido na referida reunião com um dos promotores do projeto. Por outro lado, houve uma clara falta de comparência e disponibilidade dos homens, nos períodos selecionados para entrevista. Assim, apenas participaram indivíduos do sexo feminino, com idades compreendidas entre 40 e 82 anos de idade, na sua maioria residentes no Juncal do Campo, principalmente casadas, domésticas e com escolaridade correspondente ao 1º Ciclo do Ensino Básico, antiga 4ª classe (ver Tabela 2).

No início as participantes demonstraram uma certa inibição e algum receio em não conseguir dar resposta às perguntas que lhes iriam ser colocadas. Com a relação de proximidade que se estabeleceu entre as entrevistadoras e as entrevistadas, foi possível uma progressiva desinibição, o que permitiu o desenvolvimento de um ambiente de partilha e de aprendizagem entre as partes.

	Idade	Sexo	Residência	Estado civil	Profissão	Escolaridade
M.E	82	Feminino	Juncal do Campo	Casada	Doméstica	1º Ciclo
I.M	57	Feminino	Freixial do Campo	Casada	Trabalho ocasional/ doméstica	1º Ciclo Incompleto
G.P	64	Feminino	Juncal do Campo	Casada	Doméstica	1º Ciclo
M.L.M	48	Feminino	Juncal do Campo	Divorciada	Costureira profissional	1º Ciclo
C.M	42	Feminino	Juncal do Campo	Casada	Doméstica	3º Ciclo
L.P	75	Feminino	Juncal do Campo	Viúva	Doméstica	1º Ciclo
M.F	55	Feminino	Juncal do Campo	Casada	Doméstica	1º Ciclo
F.C	40	Feminino	Lousa	Solteira	Professora	Licenciatura
M.M.P	75	Feminino	Lisboa	Casada	Auxiliar de laboratório	1º Ciclo

Tabela 2: Caracterização da amostra

Como referimos anteriormente, o instrumento de recolha de informação foi a entrevista semiestruturada que estava organizada em cinco partes. Numa primeira, fez-se a identificação sociodemográfica do respondente (sexo, idade, localidade, estado civil e constituição do agregado familiar). Depois, através de duas perguntas, pretendemos saber se os indivíduos exprimiam sentimentos de solidão, bem como saber como percebem o convívio social na sua aldeia. A terceira parte apresenta questões que dizem respeito à importância que este projeto tem para os sujeitos envolvidos e quais as mudanças que têm ocorrido, não só no coletivo, mas nos próprios indivíduos com a sua participação. A quarta parte procura apurar quais as expectativas e desejos futuros que os participantes têm em relação ao futuro da sua aldeia (daqui a dez anos), no que diz respeito às relações sociais e ao desenvolvimento da cidadania. Uma quinta parte diz respeito a questões no âmbito de uma perspetiva de educação para o desenvolvimento, nomeadamente, saber qual o contributo que os participantes podem oferecer à aldeia, bem como, se existe espaço para que possam expressar as suas opiniões e se estas passaram a ser mais ouvidas, ou não, após a implementação deste projeto. No fundo pretende-se compreender se estes usufruem do direito à participação cívica e qual o contributo que este projeto deu para o reforço a este direito.

O procedimento adotado para a análise das entrevistas efetuou-se segundo a categorização inicial da construção da entrevista, respondendo aos objetivos iniciais do estudo. A análise decorreu da seguinte categorização: Parte 1 - Caracterização da Amostra; Parte 2 - Sentimentos de solidão; Parte 3 - Mudanças sentidas com a implementação do projeto; Parte 4 - Expectativas dos inquiridos em relação ao futuro; Parte 5 - Questões acerca da ED.

De acordo com as entrevistas aplicadas, podemos salientar que a maioria das entrevistadas é casada e tem baixos níveis de formação. Relativamente aos sentimentos de solidão sentida pela população inquirida, não se verifica propriamente um sentimento de solidão, mas sim um isolamento voluntário. É exemplo disto a experiência vivida por **I.M** que relata “(...) *eu gosto de estar sozinha, na minha casa faço aquilo que quero deito-me à hora que quero, levanto-me à hora que quero (...) eu sou uma pessoa que estou sozinha mas estou sempre a trabalhar, estou entretida, eu faço renda eu faço malha eu faço bordado. Agora ando a fazer uma bonecas muito bonitas de pano (...)*”. No que respeita a momentos em que se podem sentir só estas referiram que não experienciam este sentimento, porque passam a maior parte do seu tempo ocupadas, com tarefas domésticas e no campo. Segundo o relato de **M.E** “(...) *o meu tempo está sempre preenchido agora tenho menos tempo de ir assim para ao pé de qualquer pessoa, que eu gosto de ir assim visitar as pessoas, mas agora tenho pouco tempo porque a minha filha há pouco tempo ficou viúva e ando sempre com ela a caminho da horta, ainda agora de lá vim ao bocadito*”.

A existência de convívio social é referida nas entrevistas, decorrente dos convívios proporcionados por este projeto e nas práticas religiosas. De acordo com **M.E** “(...) *vamos à igreja temos o tempo da missa do terço, nos domingos, é preenchido, mas faço sempre o propósito de poder ir, tem de se fazer um sacrifício*”.

Em relação às mudanças sentidas pela população participante neste projeto, uma das principais diz respeito a uma maior dinamização das aldeias, que anteriormente não existia, e que agora é recorrente nestas aldeias. Relativamente às experiências vivenciadas, referem que a implementação deste projeto é fundamental na medida em que este espaço é propício à partilha de experiências e ensinamentos. Segundo

o testemunho de **M.E** é possível observar o reconhecimento por parte dos participantes, da importância deste projeto, na aprendizagem e partilha de experiências, quando refere que *“Claro que é, é uma mais-valia para a aldeia porque a pessoa em si fica motivada para apresentar aquilo que sabe, e pra gostar de aprender outras coisas que nem sempre sabe, e para sair de casa também”*.

As principais mudanças sentidas e sentimentos vividos com a participação neste projeto prendem-se com o facto de proporcionar a existência de momentos onde se estimula a partilha e a participação ativa individual. Segundo o relato de **I.M** *“sim, sinto-me me bem, gosto de vir, e fazemos cá as coisinhas bonitas e ensinamos tudo umas às outras (...) problemas, quando uma não sabe, sabe a outra e ensina, e sinto me bem, gosto muito de cá estar (...) apesar de que a cabeça já não dá para grandes coisas, mas pronto os novos podem aproveitar mais que eu”*.

Relativamente à participação individual de cada indivíduo neste projeto, considera-se que tem uma influência positiva na vida dos habitantes das aldeias, nomeadamente ao nível da ocupação do seu tempo livre. Exemplo disto mesmo é o relato de **C.M**: *“Sim, porque estou sempre a ensiná-las, elas não sabem alguma coisa estão sempre a perguntarem-me a mim (...) nós temos uma senhora aqui que é a mais velha, por volta dos 80 anos, ela diz que não fazia e agora faz e gosta de para aqui vir”*.

Questionou-se as entrevistadas acerca do futuro das suas aldeias. De acordo com aquilo que foi respondido pode-se verificar que a maior parte revelou temer um futuro incerto, no que diz respeito à renovação das gerações, e crescente envelhecimento da estrutura etária. Segundo a opinião de **M.L.M** *“Acho que deserta, infelizmente. Velhice, não há crianças, quer dizer agora há aí umas três para nascer. Mas há muitas casas abandonadas, o Juncal foi uma aldeia que teve mil e tal pessoas, neste momento são por aí duzentas e poucas é muita diferença, e as casas é tudo abandonado tudo caído e não há gente a regressar a aldeia. Uma, duas, três pessoas de resto é raro, a própria população da aldeia não está na aldeia”*. Uma das participantes evidencia a importância da continuidade deste projeto, quando diz *“Isto está muito mal, o projeto acho que já acaba para o ano. Se isto acabar, elas já estão tão habituadas a virem para aqui nos fins de semana que se calhar depois continuam com o mesmo, isto é uma maneira, até os mercadinhos são tão pequeninos mas rendem tanto e tudo gosta de vir aos mercadinhos”*. (**C.M**)

Num dos relatos, que evidencia um dos princípios do projeto, ao partilhar uma sugestão de dinamização destas aldeias na linha de atuação de uma cidadania ativa: *“Sim gostava, nós temos um clube no Freixial do Campo que o povo e os sócios tanto que trabalharam lá e tudo mais, e não há la para fazer uma festa de criança, uma reunião de qualquer atividade. Não há, aquilo está fechado, podia ser aproveitado de outra maneira, antigamente havia tanta coisa, a economia está tão má”* (**I.M**).

Já no que diz respeito às relações entre as pessoas da aldeia, é unânime que as relações deveriam ser melhores, mais sinceras e honestas, de forma a existir mais momentos de convívio, para além dos momentos proporcionados pelo projeto. **M.F** refere *“Gostaria que a gente se desse todas bem, que não se falasse mal uma das outras. Porque é assim, hoje estamos aqui a falar com uma pessoa, a gente volta as costas, e começam logo a falar. Nas aldeias sempre foi assim, e sempre será. E eu às vezes digo assim: será que nas outras aldeias também é assim? Mas acho que é tudo igual”*.

Por último, questionou-se as participantes sobre como este projeto pode ser potenciador das mesmas. Relativamente ao contributo que as pessoas podem ainda oferecer à sua aldeia, as respostas dadas não foram explícitas e referiram apenas: *“Acha que eu posso fazer alguma coisa? O que é que eu poderei fazer? Quem sou eu para poder fazer alguma coisa?”* (M.F). Mais uma vez, destaca-se a importância deste projeto e o acreditar que este possa ser potenciador de mudanças na aldeia e na vida das pessoas. Referem que individualmente, não têm poder para mudar, mas que com este tipo de projetos, poderá ser mais fácil fazer alguma mudança na aldeia, *“Eu? Eu não! Não sei, não sei. O Marco é capaz de incentivar isto, mas as pessoas começam a sair, e não sei. Deus queira que sim, que vá para a frente, porque têm aqui umas instalações fabulosas, é uma pena isto não evoluir um bocadinho mais”*. (M.M.P)

No que diz respeito ao direito em expressar as suas próprias opiniões e de estas poderem ser discutidas e ser relevantes nas tomadas de decisões acerca da aldeia, os participantes evidenciam o facto de se sentirem no direito de expor as suas ideias, que podem, ou não, ser aceites, *“sim aqui estamos à vontade, não temos problemas em dizer o que se acha. Por acaso uma pessoa sente-se à vontade. O Marco também funciona de certa forma de intermediário, é ele que as puxa a participar, a fazerem alguma coisa, é persistente. E tentam elucidar muito bem as pessoas, e tentar cativá-las, e tem mesmo de ser assim, se não os projetos nunca vão para a frente, e cativar de forma positiva.”* (F.C)

Por fim, e quando questionadas acerca do poder que detêm enquanto cidadãs, as respostas são diversas e, por vezes, divergentes. São exemplo disso os relatos que dizem que *“Não, ninguém me pergunta nada, nós aqui umas com as outras é que falamos* (L.P), enquanto que outra entrevistada diz que *sim, vão* (usufruindo do poder de cidadão). *Às vezes um bocadinho à força, mas sim acho que sim. Não ser só o projeto a impor, de certa forma impõem um pouco. Mas esta ideia é mais relativa às aldeias artísticas, às pinturas. O projeto impõe um pouco as pessoas a aceitarem os artistas e a fazerem as pinturas. As pessoas aceitam, as que aqui estão, e aderem. (...) Agora eu sei que houve aí pessoas a comentarem que há pessoas que são contra. (...) Impõem um pouco à sociedade, principalmente aquelas pessoas que não veem, que acabam por levar. É lógico que depois uma pessoa que é contra, que tem a sua opinião, mas é assim, os projetos são assim, impõem um pouco. Mas as pessoas acabam por aderir, porque apesar da idade delas, e algumas que até trabalharam fora e que agora regressaram, e também têm a mente mais aberta, tem um espírito aberto, positivo, para a frente, para o futuro, e que têm essa consciência, de que é para melhorar, e ter uma ideia futurista. E isto leva ao desenvolvimento, porque isso depois, também traz pessoas de fora, devido à divulgação e também a economia da terra melhora um bocadinho, nem que seja só por um café. Agora as outras pessoas que não frequentam, que não aceitam, são obrigadas entre aspas a aceitar, e às vezes com o passar do tempo, e com as diversas opiniões, elas também acabam por mudar de opinião. Se não for assim, paciência.”* (F.C)

Conclusão

A problemática do envelhecimento demográfico está intimamente associada às mudanças que ocorreram na sociedade portuguesa nas últimas décadas, tanto a nível económico como social. Portugal não é um país demograficamente uniforme, facto que obriga a que seja feito um diagnóstico que compare, distinga e analise

a situação atual em que o país se encontra e a diversidade de dinâmicas demográficas e do envelhecimento regional.

O caso concreto do projeto que está a ser implementado na União de Freguesias do Freixial e Juncal do Campo é um exemplo claro do que pode ser feito no combate às desigualdades demográficas, nomeadamente, o acentuado despovoamento e envelhecimento das zonas rurais do interior.

Hoje, assiste-se a uma completa transformação do papel do idoso na sociedade, perdendo o seu papel fundamental de transmissor de conhecimentos e experiências. Atualmente deparamo-nos com uma sociedade onde só os indivíduos que se encontram em idade ativa e que podem acrescentar valor à economia do país são tidos em maior consideração. Neste sentido, as pessoas idosas vão perdendo a sua importância na sociedade, passando a ser encaradas enquanto custo para o Estado.

Devido às mudanças que se verificam nas estruturas familiares, a responsabilidade do cuidado e da (re)inclusão do idoso na comunidade, deixou de ser da exclusiva responsabilidade da família, e passou a ser da responsabilidade da sociedade em geral. Este projeto, veio suscitar o sentido de responsabilidade de toda a comunidade na promoção da participação e integração de todos, fortalecendo a coesão e a solidariedade intergeracional da comunidade. O facto de existir uma mudança na estrutura e tipologia da família, devido aos diferentes modos de vida, mais urbanos, com outras exigências, com maior participação da mulher no mercado de trabalho, o que lhe retira capacidade para o desempenho da tradicional tarefa de cuidadora, faz com que a coabitação dos idosos com as suas famílias seja muitas vezes inconciliável. Perante esta realidade, os idosos acabam por viver sozinhos, o que origina um maior isolamento, podendo contribuir para o aparecimento de sentimentos de solidão.

A solidão constitui-se como um estado emocional de descontentamento, devido à precariedade ou inexistência de relacionamentos interpessoais, o que é propício a um certo isolamento, sendo os idosos o grupo mais vulnerável a esta condição. A passagem da atividade laboral para a reforma, o afastamento ou ausência da família e a viuvez, constituem-se como fatores determinantes para um isolamento cada vez maior destas pessoas mais idosas, o que poderá levar a um despertar de sentimentos de infelicidade e incompreensão.

O projeto que está a ser desenvolvido na União de Freguesias do Freixial e Juncal do Campo pretende uma dinamização das aldeias e a participação ativa dos habitantes destas comunidades, no sentido de evitar um isolamento profundo, levando-as, a integrarem-se nas atividades desenvolvidas e, assim, melhorar a sua qualidade de vida, afastando a possibilidade de sentimentos de rejeição e incompreensão.

Disso são exemplo as assembleias comunitárias, que visam estimular a participação cívica das pessoas da União de Freguesias, contribuindo assim com a sua opinião para a identificação das oportunidades e das necessidades locais. Isto pressupõe uma (re)educação para a cidadania, na medida em que a maioria dos participantes neste projeto são indivíduos que viveram grande parte da sua vida durante o Estado Novo, em que a sua opinião não era muitas vezes considerada em questões de decisão relativa à vida pública, nem podia ser expressa livremente. Neste sentido, as assembleias comunitárias permitem desenvolver o que a

(re)educação para a cidadania prevê, isto é, o incentivo à participação e à expressão livre das suas opiniões, na tomada de decisão da União de Freguesias.

Os depoimentos que recolhemos acerca do isolamento e solidão vão ao encontro da opinião de vários autores que abordam esta temática. Como foi referido por todas as inquiridas, o isolamento por elas vivenciado é de opção própria e não pressupõe o despertar de sentimentos de solidão devido às atividades em que ocupam grande parte do seu tempo, nomeadamente tarefas domésticas e agrícolas. Os encontros proporcionados por este projeto são de periodicidade semanal, o que suscita um maior interesse e motivação por parte das pessoas, na medida em que durante a semana desenvolvem todas as suas tarefas pessoais e ao domingo estão mais pré dispostas para a participação nestes momentos de convívio. Exemplo disto mesmo, é o terceiro momento deste projeto que consiste na festa propriamente dita, ou seja, na apresentação pública do trabalho que é desenvolvido pela população, que de certa forma funciona como um incentivo e motivação para as pessoas participarem cada vez mais na dinamização das aldeias, prevenindo desta forma, um isolamento social.

É através da celebração/festa que este trabalha a consciencialização para a cidadania global, promovendo a participação ativa, a corresponsabilidade e o envolvimento da perspetiva local e comunitária na sociedade, ou seja, o exercício pleno da Educação Global (Neves, 2013).

A isto, encontra-se subjacente o conceito de educação para o desenvolvimento, que pressupõe, essencialmente uma mudança da comunidade produzida pela própria. Tal como refere Neves (2013), existe um cuidado a nível governamental com a transmissão e a interação cultural, de modo a não provocar conflito e desigualdades entre as comunidades. Deste modo, verificou-se a necessidade de intervir localmente de forma integrada e concertada, associando vários princípios de intervenção, tal como a preservação do ambiente, a educação contínua e as questões de género.

Esta mudança, que o projeto promove neste contexto em concreto, assenta nos princípios e objetivos da ED, já referidos. Assiste-se, assim, a um maior envolvimento da população na dinâmica da União de Freguesias, maior participação cívica na tomada de decisões e de forma igualitária. Exemplo disto, também referido pelas entrevistadas, são os “mercadinhos”, onde são expostos e vendidos vários produtos, desde gastronómicos a artesanais, confeccionados pela própria população.

As oficinas de capacitação constituem-se como outro dos exemplos que podemos integrar na lógica da educação para o desenvolvimento, uma vez que pressupõem momentos de formação e organização de eventos envolvendo toda a população.

A implementação deste projeto, constitui-se como um momento importante para fomentar o desenvolvimento comunitário, sendo que este supõe uma ação de responsabilidade da comunidade, tendo como fim a resolução de problemas comuns a todos, isto é, um esforço conjunto e ponderado, com vista ao alcance da melhoria da qualidade de vida.

O quarto momento, que integra este projeto, diz respeito a um documentário, em que se realiza uma compilação de todas as imagens, testemunhos e momentos recolhidos, durante os três anos de

implementação do projeto “*Há Festa no Campo*”, contribuindo assim para o despertar da possibilidade de implementação deste projeto em outras aldeias, que se encontrem em situação semelhante.

Ainda existe um longo trabalho a ser desenvolvido, de combate ao despovoamento destas aldeias do interior. No entanto, este projeto é um começo para a mudança e transformação social, considerado um dos pressupostos da educação para o desenvolvimento.

Segundo os relatos que recolhemos é de salientar a satisfação sentida pelas pessoas envolvidas e como este projeto contribui para a melhoria das relações interpessoais e para a dinamização da freguesia, bem como para a melhoria da qualidade de vida da população participante. No entanto, ainda existe um longo trabalho a ser desenvolvido na promoção da educação para o desenvolvimento comunitário e no papel que podem desempenhar enquanto agentes de mudança da sua comunidade. Mudanças que serão difíceis de alcançar a curto prazo e, por isso, a importância da continuação e reforço das dinâmicas deste projeto, para dar cumprimento aos princípios e objetivos propostos inicialmente pelos seus promotores na procura constante de consolidação de uma estratégia de educação para o desenvolvimento de base local com as comunidades destas aldeias.

Contudo, as transformações económicas, sociais e políticas sofrem alterações a um ritmo alucinante, sendo cada vez mais difícil prever o futuro. Para Coelho (2014) estas mudanças acarretam diversas consequências, tais como, uma desigualdade na distribuição do rendimento e no poder de compra, criando mecanismos que podem levar à exclusão social. As diferentes oportunidades em termos geográficos, ou seja, a forte concentração em determinadas áreas geográficas, bem como as limitações no que diz respeito à educação, informação, saúde e oportunidade de trabalho, promovem mecanismos de injustiça social. A diminuição das relações sociais é uma das significativas mudanças, o pensamento individualista e a valorização da pessoa enquanto factor de produção, desvalorizando aqueles que não fazem parte desta categorização. Por fim, as alterações ao nível da política, que provocam um elevado desinteresse e desmotivação nas novas gerações, podendo gerar regimes políticos mais autoritários, sendo este um exemplo da importância da educação global, partindo da perspectiva local, ao contribuir para comunidades mais justas e capazes ao desempenharem um papel ativo no seu processo de desenvolvimento.

O conceito de ED tenderá a evoluir de modo a adaptar-se às necessidades e mudanças e suscitar novas abordagens, no entanto, é primordial compreender e interligar os princípios orientadores da educação para o desenvolvimento e, simultaneamente, desenvolver um ambiente educacional adequado (Bourn, 2014). Tal como refere Coelho (2013) a ED não é um processo totalmente concluído, visto que este tende a procurar compreender mais sobre o desenvolvimento do ser humano em termos culturais e ideológicos, com o objetivo de compreender as desigualdades e os conflitos, de modo a poder-se desenvolver uma intervenção consciencializada em termos de prevenção e de resolução dos problemas sociais locais aos globais.

Referências bibliográficas

- ADRACES (s.d). Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul. Observatório local. Obtido em 16/02/2015 através de: <http://www.adraces.pt/ficheiros/conteudos/ObservatorioLocal/Freixial%20do%20Campo.pdf>.
- Bandeira, M. L. (2014). Síntese retrospectiva e questões actuais acerca do processo de envelhecimento da população de Portugal, in M. L. Bandeira, et al. *Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa (1950-2011): Evolução e Perspectivas*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, pp. 403-450.
- Bourn, D (2014). What is Meant By Development Education?, *Revista Sinergias – diálogos educativos para a transformação social. n.º 1*-Obtido em 10/11/2015 através em <http://www.sinergiased.org/index.php/revista/item/51-douglas-bourn-what-is-meant-by-development-education>.
- Cabral, M. V., Ferreira, P. M. (2013). *O Envelhecimento Activo em Portugal: trabalho, reforma, lazer e redes sociais*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. Obtido em 22/01/2015 através de http://www.ffms.pt/upload/docs/envelhecimento-activo_qD9h1QM-u0a6cpVzHYdAmw.pdf
- Cardona, M.J (coord) (2009). *Guião de Educação Género e Cidadania*. Educação Pré-escolar. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Instituto de Educação. Obtido em 3/02/2015 através de: http://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2014/01/pre_cap1_1.pdf
- Carmo, H. (2001), A actualidade do desenvolvimento como estratégia de intervenção social, in J. Ornelas, Maria, S. (eds), *Actas da 1ª Conferência sobre Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental*, Lisboa: ISPA. Obtido em: 20/01/2015, através de: <http://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/1853>
- Coelho, L. S. (2013). *Erguer Pontes, Tecer Futuros e Construir Alternativas: a Economia Social e Solidária como prática(s) de Educação para o Desenvolvimento*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Economia e Gestão. Universidade católica Portuguesa. Obtido em 10/11/2015 através de: http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/16970/1/UCP_Mestrado%20Economia%20Social_La%20Salet%20Coelho_2013.pdf
- Coimbra, J. F. M. (2008). *O Sentimento de Solidão em Idosas Institucionalizadas: a influência da autonomia funcional e do meio ecológico*. Mestrado integrado em Psicologia, Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Obtido em 26/01/2015 através de: <http://repositorio.ul.pt/handle/1045>
- Costa, F. C. (2013). *A Solidão Como Factor de Risco Para a Depressão, na Terceira Idade*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia. Universidade Católica Portuguesa Centro Regional de Braga. Obtido em 29/01/2015 através de: <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/15862>
- Despacho n.º 25931/2009. Ministérios dos negócios Estrangeiros e da Educação. *Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento*, pp. 48391- 48402.
- Fernandes, J. E. A (2012). *A Solidão nos Idosos numa comunidade rural - Implicações para uma velhice bem-sucedida*. Curso de Mestrado em Enfermagem de Saúde Comunitária. Escola Superior de Saúde de Viana do Castelo. Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Obtido em 27/01/2015 através de: http://repositorio.ipvc.pt/bitstream/123456789/1205/1/Joana_Fernandes.pdf
- Fernandes, H. J. (2007). *Solidão em idosos do meio rural do concelho de Bragança*. Dissertação de Mestrado submetida à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, da Universidade do Porto, Obtido em 30/01/2015 através de: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/2668>
- Freitas, P.C. B. (2011). Solidão em Idosos: Percepção em Função da Rede Social. *II Ciclo em Gerontologia Social Aplicada*. Faculdade de Ciências Sociais. Universidade Católica Portuguesa Centro Regional de Braga. Braga. Obtido em 29/01/2015 através de: <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/8364>
- Fonseca, A.; Paúl, C.; Martín, I. & Amado, J. (2004), *Condição psicológica de idosos rurais numa aldeia do interior de Portugal: Um estudo de caso*. Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Porto. Obtido em: 18/07/2015, através de: http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/11736/3/A_Fonseca.pdf
- Guimarães, M (2011), *Para uma (re) Educação dos Idosos do Grupo “Programa da Melhor Idade” de Paraíso/Tocantins, Frente às Mudanças do Mundo Contemporâneo*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Instituto de Educação. Lisboa. Obtido em 2/02/2015 através de :

<http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/1531/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Marisa%20Guimar%C3%A3es.pdf?sequence=1>

- Holanda, A. (2006), Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. *Revista Análise Psicológica*, vol. 24, n.3, pp. 363-372. Obtido em 7/02/2015 através de: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v24n3/v24n3a10.pdf>
- INE (2012), Censos 2011 – Censos 2011 Resultados Definitivos – Portugal, Lisboa:INE
- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) (2009). Estratégia Nacional Educação para o desenvolvimento (2010-2015). Obtido em 22/01/2015 através de: http://www.cidac.pt/files/3213/8497/4755/ENED_doc_ref.pdf
- Koehnen, T. (2008). *Desenvolvimento Local: Qualificação de Capital Social*, Seminário. Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento, UTAD. Escola Superior Agrária. Instituto de Politécnico de Bragança. Bragança. Obtido em 21/01/2015 através de: https://esa.ipb.pt/imagens/eventos/seminarios/s2007_Koehnen.pdf
- Martins, M.J.S. (2012). *O Desenvolvimento Comunitário e a sua vertente educativa: Estudo Comparativo entre Peterborough e Chaves*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Chaves. Obtido em 21/01/2015 através de: https://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/2522/1/MsC_mjmartins.pdf
- Mesa, M (2014). Precedentes Y Evolución De La Educación Para El Desarrollo: Un Modelo De Cinco Generaciones. *Revista Sinergias - diálogos educativos para a transformação social*, nº 1. Obtido em 10/11/2015 através <http://www.sinergiased.org/index.php/revista/item/52-manuela-mesa-precedentes-y-evolucion-de-la-educacion-para-es-desarrollo-un-modelo-de-cinco-generaciones>
- Ministério da Educação (2008). *Objectivos Estratégicos e Recomendações para um Plano de Acção de Educação e de Formação para a Cidadania*. Fórum Educação para a Cidadania. Obtido em 4/02/2015 através de: http://www.drealg.min-edu.pt/upload/docs/dsapoe_FECidadaniaSP.pdf
- Monteiro, C. S.S. I (2012). *Idosos Residentes em Meio Rural: Satisfação com o Suporte Social*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Centro Regional das Beiras – Pólo de Viseu. Universidade Católica Portuguesa. Obtido em 22/01/2015 através de: <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/8764>
- Moreira, M. J. G. e Gomes, C. S. (2014), Evolução da população portuguesa, in, Bandeira, M. L, et al. *Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa (1950-2011): Evolução e Perspectivas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, pp. 29-35.
- Neves, T. V. M. (2013). *A Educação para o Desenvolvimento: Percorrer contextos, práticas e percepções*. Relatório de Estágio. 2º Ciclo de Estudos em História, Relações Internacionais e Cooperação Faculdade de letras. Universidade do Porto. Obtido em 10/11/2015 através de: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/72470/2/72431.pdf>
- Oliveira, R.C.S. (2012). Políticas Públicas, Educação e a Pesquisa sobre o Idoso no Brasil: diferentes abordagens da temática nas teses e dissertações (de 2000 a 2009). *IX ANPED SUL 2012 - Seminário de pesquisa em educação da região sul*. Obtido em 7/02/2015 através de: <http://www.redadultosmayores.com.ar/Material%202013/Nacionales%20Brasil/4%20politicass%20publicas%20educacion%20e%20pesquisa%20sobre%20%20Idoso%20Brasil.pdf>
- Paúl, C. (2005). Envelhecimento activo e redes de suporte social, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. 15, pp. 275-288. Obtido em 22/01/2015 através de: <http://associacaoamigosdagrandeidade.com/wp-content/uploads/filebase/estudos/CONSTAN%C3%87A%20PAUL%20envelhecimento%20activo%20e%20redes%20de%20suporte%20social.pdf>
- Paúl, C., Fonseca, A. (2005). *Envelhecer em Portugal*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Vaz, C.R.O. T. (2008). *Satisfação dos Doentes Idosos face aos Cuidados de Enfermagem no Serviço de Urgência*. Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta, Lisboa. Obtido em 21/01/2015 através de: <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/702/1/LC447.pdf>

Outros documentos

- Martins, E.C (2014/15). Documentos Básicos de Investigação- Paradigmas em investigação social. Documentos fornecidos no âmbito da unidade curricular de Métodos e Técnicas de Investigação Social. (doc. não publicados)